

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Cuiabá Class.: 105

Data: 20/06/87 Pg.: 01 e 07

Posseiros saem da área Zoró

Ao retornar ontem da Reserva Salumã, juntamente com outros integrantes do grupo interministerial de trabalho para regularização de terras indígenas, o coordenador de terras do Mirad, André Villas-Boas, na sua

passagem por Cuiabá, assegurou que os posseiros instalados na Reserva Zoró, situada na região do Grande Aripuanã, deverão mesmo ser reassentados em outras áreas. Porém, deixou claro que as pressões exercidas pelos grandes grupos econômicos com interesses na área sobre os invasores "estão dificultando os entendimentos para uma retirada democrática". (Pág. 7)

Posseiros deixarão a reserva Zoró

Ao retornar ontem do sobrevôo feito a Reserva Salumã, juntamente com outros integrantes do Grupo Interministerial de Trabalho para Regularização de Terras Indígenas, o coordenador de Terras Indígenas do Mirad, André Villas-Boas, na sua passagem pela 2ª Superintendência, sediada nesta capital, assegurou que os posseiros instalados na reserva Zoró, situada na região do Grande Aripuanã, Norte do Estado, deverão mesmo ser reassentados em outras áreas do projeto fundiário de Mato Grosso. Mas deixou claro que as pressões exercidas pelos grandes grupos econômicos com interesses na área sobre os invasores "estão dificultando os entendimentos para uma retirada democrática".

Evidenciando o levantamento sócio-econômico e familiar realizado no final do ano no Núcleo 14 de Abril, onde estão instalados os posseiros, Villas-Boas assinalou que "esse trabalho suscita dúvidas" no que tange o processo de invasão. Explicou que na conclusão do levantamento, do qual teve a participação do posseiro Américo Minotti, líder dos invasores, várias situações foram constatadas, das quais, três se destacaram: a existência de 176 famílias que se apossaram das terras há mais de dois anos, os que foram mobilizados a invadir e, o maior de todos, os que tinham pretensões de conquistar um pedaço de terra.

Essa análise da situação, de acordo com o assessor do Mirad, foi feita baseando-se, principalmente, nas condições em que foram encontradas as

famílias. "Quem tinha mais de dois anos, está com roça pronta, e terra cultivada, enfim, fácil de se notar. Já os que foram mobilizados, tem pouca coisa, inclusive, na ocasião, foi registrada queimadas fora da época" - disse, esclarecemos que essa mobilização teria acontecido como forma de grandes grupos - sobretudo madeireiros - de impedir que a área fosse demarcada. Acrescentando, foi notado a existência de especuladores, com números acima de 300, que "picaram a área e retornaram para suas cidades, aguardando uma divisão favorável aos posseiros".

André Villas-Boas lembrou que o levantamento sócio-econômico e familiar foi encaminhado ao grupo de trabalho, na época da decisão, acompanhado de um relatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã e do próprio Incra, no qual vários posseiros denunciaram a manobra do grupo de especuladores e também daqueles que recém-haviam chegado a reserva incitados pelos grandes madeireiros. "Existia um acordo do tipo assim: aqui tem 50 hectares. Se ganharmos a questão, você fica com 20 e nos devolve 30, conforme declaração de vários posseiros".

Essa confissão também foi levada em consideração na decisão final do grupo de trabalho. Com ela, demonstrou também, segundo Villas-Boas, que o pleito dos invasores, que é de 150 mil hectares dos 431.700 da reserva, foi conside-

rado "totalmente descabido". A preocupação do governo, conforme deixou claro o assessor do Mirad, se relaciona as 176 famílias que há tempo já estava instalada. "Não vamos premiar pessoas que sequer conhecemos, que piquetaram a área e estavam na espera de uma definição favorável. A mesma coisa aquelas que entraram na área usando de má fé, sabendo da existência do litígio e entraram no esquema para favorecer os grupos interessados na área" - enfatizou.

Ele assegurou também que para cada um dos grupos constatados no levantamento "haverá um tratamento diferenciado pelo governo" e que não haverá uma solução em bloco, mesmo com as pressões políticas. Aliás, são essas pressões que estão, conforme o assessor do Mirad, "dificultando os entendimentos". Arriscou que "se não fosse isso, a solução para o caso já estaria em outro nível". Mas disse, por outro lado, que o governo não pretende impor uma área específica para o reassentamento, uma vez que "existem várias alternativas".

E são justamente as discussões dessas alternativas que o Mirad pretende manter com os posseiros. Todavia, Villas-Boas acentuou que "as pressões sobre os posseiros está sendo muito grande", impedindo a organização dos grupos detectados em sua entidade representativa, no caso, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã e Estagni. "O governo quer discutir e reconhece como canal de discussão essas entidades", observou.